



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 298

**EDUCAÇÃO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA**

**Luis E. Aragón**

**Belém, Outubro de 2012**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

### **Vice-reitor**

Horacio Schneider

### **Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação**

Emmanuel Zagury Tourinho

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Armin Mathis

### **Diretor Adjunto**

Fábio Carlos da Silva

### **Coordenador de Comunicação e Difusão Científica**

Silvio Lima Figueiredo

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

## **Setor de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](http://Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 298

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# EDUCAÇÃO SUPERIOR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

---

*Luis E. Aragón<sup>2</sup>*

## **Resumo:**

Este texto analisa a relação entre educação superior, desenvolvimento sustentável e políticas públicas na Amazônia. Introduz o conceito de pertinência social da educação superior e aborda como esse conceito demanda uma redefinição do papel da universidade em geral, e especialmente na Amazônia. O documento conclui apresentando os exemplos da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável e a Incubadora de Políticas Públicas, como iniciativas inovadoras de pertinência social da universidade na Amazônia.

**Palavras chave:** Amazônia. Desenvolvimento sustentável. Pertinência social. Educação superior. Políticas públicas.

## **Abstract:**

This paper analyzes the relationship between higher education, sustainable development and public policy in the Amazon. Introduces the concept of social relevance of higher education and discusses how this concept calls for a redefinition of the role of the university in general, and especially in the Amazon. The paper concludes by presenting examples of the UNESCO Chair in South-South Cooperation for Sustainable Development and the Incubator of Public Policies as new initiatives of social relevance of the university in the Amazon.

**Keywords:** Amazon. Sustainable development. Social relevance. Higher education. Public policy.

---

<sup>1</sup> Conferência de abertura do II Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável. Fórum de Pesquisa e Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Palmas, Universidade Federal de Tocantins, 24 de outubro de 2012.

<sup>2</sup> Professor e investigador do NAEA/UFPA, e Coordenador da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável. Bolsista de produtividade do CNPq.

Desde a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reunida no Rio de Janeiro em Junho de 1992 (a Rio 92), que propalou o termo de desenvolvimento sustentável surgiram iniciativas as mais diversas ao redor do mundo para dar-lhe conteúdo ao mesmo: mestrados, doutorados, instituições de pesquisa, projetos de toda ordem, conferências, seminários, colóquios, encontros, e naturalmente literatura. Também, os partidos verdes se fortaleceram, as ONGs ambientalistas se proliferaram, a consciência ambiental aumentou, órgãos dos governos foram criados, inclusive Ministérios e Secretarias de Estado de Desenvolvimento Sustentável; enfim o termo entrou nas mais diversas atividades humanas e com os mais diversos significados e propósitos.

Partindo da definição de desenvolvimento sustentável concebida em *Nosso Futuro Comum* como aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, Ignacy Sachs<sup>3</sup> (2004) argumenta que para dar-lhe conteúdo, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser adjetivado como aquele desenvolvimento socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável*, e economicamente *sustentado* no tempo. Nesse sentido o desafio consiste em encontrar modelos que atendam às três condições simultaneamente; não pode uma condição ser alcançada às custas da limitação das outras duas. Pode-se imaginar, por exemplo, continua Sachs, um crescimento econômico com distribuição relativamente equitativa de seus frutos mas através do uso predatório da natureza, reduzindo paulatinamente o estoque de recursos naturais e o poder de sua reprodução, e por tanto, comprometendo a sobrevivência das gerações futuras, é o caso de alguns milagres econômicos nos anos gloriosos do pós-guerra nos países industrializados. No outro extremo, pode existir um crescimento econômico ambientalmente adequado, mas socialmente injusto ou eticamente inaceitável. Ou seja que atenda aos cuidados que se devem ter com a natureza, garantindo a reprodução do estoque natural, mas seus benefícios colocados a serviço de uma minoria, aprofundando as desigualdades sociais e o enriquecimento das grandes corporações; é a ameaça da economia verde sem inclusão social. Ou, então, o modelo insustentável em que vivemos propulsor de alto crescimento econômico, depredador da natureza, e socialmente excludente. Portanto, é na busca dum contraponto a esse modelo que surge a proposta do desenvolvimento sustentável. O que se quer é um processo de desenvolvimento capaz de promover o bem-estar de todos, baseado em princípios éticos de justiça e de solidariedade; em condicionantes ecológicos de responsabilidade com as gerações presentes e futuras; e em instrumentos de eficiência econômica partindo daquilo que a sociedade como um todo considere como a utilização racional dos recursos naturais e não somente na perspectiva crescente do lucro.

---

<sup>3</sup> Ignacy Sachs é um dos intelectuais mais importantes no estudo do conceito de desenvolvimento sustentável. Ele é polonês, naturalizado francês, economista graduado no Brasil e doutorado na Índia. Trabalhou na Polônia junto com Michael Kalecki, considerado precursor de Keynes, fundou o Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, em Paris, do qual é Co-diretor, foi criador do conceito de ecodesenvolvimento, precursor da ideia de desenvolvimento sustentável (Sachs, 1986), trabalhou na Primeira Conferência de Meio e Desenvolvimento da ONU, em 1972, e mais tarde, em 1992, foi conselheiro especial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio 92).

Igualmente, assim como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Rio de Janeiro em 1992, propalou o conceito paradigmático de desenvolvimento sustentável, o qual gerou novas formas de olhar a natureza e as formas como os humanos se relacionam entre si e com o meio ambiente, a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior (CMES) de Paris em 1998, gerou o conceito de pertinência social da educação superior, igualmente paradigmático:

A pertinência da educação superior deve avaliar-se em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isso requer normas éticas, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, incluindo o respeito às culturas e a proteção do meio ambiente (UNESCO, 1998, p. 23).

Tal conceito, ao igual que o de desenvolvimento sustentável, também originou estudos, debates e fóruns ao redor do mundo, em diferentes níveis e nas perspectivas mais diversas, e todos concordam que esse conceito forçou uma nova maneira de definir o papel da educação superior na sociedade. Portanto, a educação superior, para ter impacto na busca do desenvolvimento sustentável, tem que ser pertinente, o que significa educação de qualidade, acessível, responsável, e comprometida com o bem-estar da sociedade, ou seja pertinente com a sustentabilidade da vida e da dignidade da humanidade no planeta. E para responder a esse desafio, são necessárias mudanças profundas em diversos campos, incluindo, os conteúdos, os métodos, a administração, a alocação de recursos, e os mecanismos de cooperação.

A missão da educação superior deve ser, portanto, redefinida: Em última análise, a educação superior deve ter como objetivo principal a criação de uma nova sociedade não violenta e não espoliativa capaz de liderar as mudanças necessária que conduzam a um novo modelo de desenvolvimento. Para isso, a universidade, sem renunciar à qualidade e universalidade do conhecimento, deve ser inserida e ser ator preponderante na definição e promoção de projetos nacionais e regionais alicerçados em valores humanos universais e comprometidos com suas próprias necessidades. A universidade deve, portanto, assumir a liderança na definição de ações que conduzam à eliminação da exclusão social e demais mazelas associadas, e levem à promoção da felicidade, da harmonia, da justiça, e da equidade social. Como consequência, a qualidade da educação superior não pode ser restrita apenas à produção de boa ciência, e bom ensino; além de responder a esses dois critérios, ela deve ser, sobretudo, socialmente pertinente.

Vale aqui perguntar-se que progressos têm conseguido a educação superior na América Latina, e na Amazônia em particular, desde a Conferência de Educação Superior da UNESCO de 1998. Especialistas da área concluem que o balanço é modesto e que o impacto dessa Conferência ainda está longe de alcançar as transformações ambicionadas.

Contudo, as universidades e institutos de pesquisa na América Latina, individualmente, em grupo, ou em rede, estão lentamente, experimentando novas formas para ampliar o acesso e a inclusão

social e tornar a atividade acadêmica e a produção científica socialmente mais pertinente. Há pelo menos treze redes de universidades operando na América Latina e o Caribe, além de associações nacionais e grupos temáticos (Gazzola, 2008). Essas redes estão vagarosamente fortalecendo a capacidade científica e estimulando a integração regional. Equipes internacionais de pesquisadores que tratam de questões como a gestão da água, mudanças ambientais, desmatamento, doenças tropicais, e desenvolvimento regional estão em andamento. Intercâmbios de estudantes e professores, eventos internacionais, publicações, e missões são frequentes.

Entretanto, apesar desses esforços, a produção de conhecimento e a formação de cientistas na América Latina são reconhecidamente insuficientes para responder ao desafio do desenvolvimento sustentável da região. Por exemplo, dados do Instituto da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC) revelam que: a) a região conta com aproximadamente 14 milhões de estudantes de ensino superior (60% concentrados em três dos 33 países da região: Brasil, México e Argentina), mas que também conta com 37 milhões de analfabetos; b) apenas quatro países (Argentina, Panamá, Chile e Cuba) têm mais de 45% de sua população de 20-24 anos cursando o ensino superior, enquanto na maioria dos países desenvolvidos é superior a 55%, sendo que dez países da região, incluindo o Brasil, têm menos de 30%; c) Brasil forma anualmente cerca de 11.000 doutores, mas ainda possui 15 milhões de analfabetos; d) a região registra 3,7% da produção científica do mundo, mas 83% dela está concentrada no Brasil, Argentina e México; esses três países concentram também 80% dos pedidos de patentes da região; e) México, com 107.400 e Brasil, com 139.000 concentram, em conjunto, mais de 75% dos estudantes de pós-graduação da região, os quais representam apenas 2,8% e 6,3% do total de estudantes do ensino superior de cada país, respectivamente; f) dos 2.188 programas de doutorado existentes na região, o Brasil concentra 48%, México 19%, e Argentina 13%; g) 13 universidades da região oferecem programas de doutorado, das quais 52 estão no Brasil e 80 no México (Gazzola, 2008).

Na Amazônia, apesar da sua riqueza natural e importância para o mundo as limitações são ainda mais gritantes. A Amazônia brasileira é a menos atendida do país em termos de investimentos em Ciência e Tecnologia e programas de formação de pesquisadores, e o mesmo é válido para as demais amazônias nacionais. A Região Norte do Brasil, segundo o CNPq<sup>4</sup> em 2008 possuía apenas 4% dos 66.785 cientistas com doutorado do país e, segundo a CAPES<sup>5</sup>, em 2009, só 4% dos 4.099 cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) do país, e 3% dos estudantes do país matriculados na pós-graduação, mesmo que tenha sido essa região a que apresentou na última avaliação trienal o maior crescimento de cursos de pós-graduação em relação às demais região do país (35,3%).

Segundo o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Adalberto Val, apesar da Região Norte contar com mais de 10% da população do país e contribuir com cerca de 8% do PIB nacional, só 2% dos investimentos em pesquisa são aplicados nessa região. Na década de 1990, continua Val, a Amazônia é transformada em “totem” do ambientalismo, e por isso muitos projetos

---

<sup>4</sup> <http://www.cnpq.br>. Acesso em 5/12/2011.

<sup>5</sup> <http://www.capes.gov.br>. Acesso em 7/12/2011.

científicos, acordos de cooperação, e expedições científicas são, então, implementados. Mais de 200 expedições científicas estrangeiras foram realizadas na Amazônia só nessa década. Mas apesar desses esforços, pouco conhecimento fica na região, mais de 2/3 da produção científica sobre a Amazônia são originados e ficam noutros países, e 70% da produção científica relativa à Amazônia não tem nenhum autor brasileiro (SBPC, 2007). “Se soberania significa domínio da informação sobre o ambiente em que se vive, nós temos um domínio de apenas 30% sobre a Amazônia”, conclui Val (SBPC, 2007, p. 46). Esses números referem-se à publicações de artigos em revistas indexadas. Outro acervo de conhecimento existente na memória e práticas milenárias de índios, caboclos, e outros povos da região não têm sido capaz de ser recuperado pela ciência e corre-se o risco de desaparecer. De igual maneira outras produções científicas publicadas em livros, revistas y otros meios de pouca circulação também são pouco conhecidas e utilizadas.

A débil capacidade científica regional na Amazônia brasileira e nas demais amazônias nacionais, apesar dos esforços realizados nos últimos anos para fortalece-la, é reflexo da ausência de projetos nacionais de educação superior, ciência e tecnologia à altura do desafio que o desenvolvimento da Amazônia representa para os países e para o mundo, mas, sobretudo, para a própria região, que sejam capazes de re-inventar a Amazônia e de gerar uma universidade transformadora de alta qualidade centrada nos interesses regionais; isto é, uma universidade realmente amazônica e pertinente, cujo interesse fundamental seja investigar “não de que maneira a Ciência pode servir-se da Amazônia, e sim como pode o conhecimento científico ser produzido *na* e utilizado *pela* região” (Mello, 2007, p. 49).

Paradoxalmente, a região amazônica registra alguns dos mais baixos padrões de desenvolvimento humano do mundo e há consenso de que sem um sistema robusto de ciência e tecnologia na região comprometido com as necessidades da região, tal paradoxo de abundância e pobreza não poderá ser resolvido. Para isso será necessário realizar uma verdadeira "revolução científica", diz a professora Bertha Becker (2005), colocando ao serviço da causa os instrumentos mais avançados, as competências mais brilhantes, e as descobertas mais revolucionárias da ciência contemporânea aliadas ao conhecimento local acumulado ao longo da história.

Vale a pena mencionar aqui dois exemplos de iniciativas inovadoras que buscam fazer a universidade amazônica mais socialmente pertinente: A Cátedra UNESCO de Cooperação sul-sul para o desenvolvimento sustentável e a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, as duas iniciativas sediadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

O Programa de Cátedras UNESCO foi lançado em 1992, e são concebidas como “‘tanques’ de ideias e ‘construtoras de pontes’ entre o mundo acadêmico, a sociedade civil, as comunidades locais, a pesquisa e a formulação de políticas, fortalecendo a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul, e Norte-Sul-Sul, criando pólos de excelência e inovação em nível regional e sub-regional e reforçando o dinamismo de redes e parcerias”<sup>6</sup>. A Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, criada em 2006, objetiva produzir conhecimento científico para fortalecer a cooperação Sul-Sul para o

---

<sup>6</sup> <http://www.uneco.org/en/unitwin>. Acesso em 07/12/2011.

desenvolvimento sustentável através da implementação de um amplo sistema de atividades e parcerias relacionadas com a educação superior, a pesquisa, e a documentação, e em particular com temas como população e meio ambiente na Amazônia e o Programa de Reservas da Biosfera.

Através dessa Cátedra desenvolve-se, desde 2010, o Projeto de *Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural e Conservação da Biodiversidade nas Reservas da Biosfera da Amazônia*. O Programa de Reservas da Biosfera da UNESCO é uma das mais promissoras iniciativas para integrar de forma sustentável a preservação dos ecossistemas e a promoção do bom viver das populações em áreas específicas. As Reservas da Biosfera (RB) foram estabelecidas dentro do Programa o Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO, em 1976, e são definidas como:

sítios estabelecidos pelos países e reconhecidas no âmbito do Programa o Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO para promover o desenvolvimento sustentável com base nos esforços de comunidades locais e conhecimentos científicos sólidos. Como locais nos que se busca conciliar a preservação da diversidade biológica e cultural e o desenvolvimento econômico e social através de parcerias entre as pessoas e a natureza, as Reservas de Biosfera são sítios ideais para testar e demonstrar abordagens inovadoras para o desenvolvimento sustentável desde a escala local à internacional (WNBR)<sup>7</sup>.

Conforme esse conceito, as RB são lugares de prática e aprendizagem de iniciativas de desenvolvimento sustentável em áreas específicas que podem contemplar dentro de uma mesma RB diferentes unidades de proteção, integrando estratégias de manejo com a participação de diferentes atores, incluindo a população local, o setor privado, o governo, ONGs, e a comunidade científica.

Atualmente o Programa de Reservas de Biosfera integra uma rede mundial de 598 Reservas distribuídas em 117 países de todos os continentes, cobrindo os mais variados ecossistemas terrestres e marinhos: picos montanhosos, florestas, desertos, ilhas, abismos oceânicos, zonas costeiras, e outros<sup>8</sup>.

A experiência das RB durante mais de três décadas de existência representa, portanto, um importante recurso para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável em áreas de extrema importância no mundo como a Amazônia.

O Projeto “Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural e Conservação da Biodiversidade nas Reservas de Biosfera da Amazônia”, envolve 12 RB<sup>9</sup> localizadas total ou parcialmente nessa região,

---

<sup>7</sup> Biosphere Reserves. Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves>. Acesso em 30/11/2011.

<sup>8</sup> Para uma descrição das Reservas de Biosfera existentes consultar a página indicada na nota 7 e UNESCO (2011).

<sup>9</sup> As RB integrantes do Projeto são: na Bolívia: 1) Apolobamba (Ulla Ulla), 2) Pilón Lajas, 3) Beni; no Peru: 4) Manu, 5) Oxapampa-Ashaninka-Yanesha; no Equador: 6) Yasuni, 7) Sumaco, 8) Podocarpus-El Cóndor; na Colômbia: 9) El Tuparro; na Venezuela: 10) Alto Orinoco-Casiquiare, 11) Delta Orinoco; no Brasil: 12) Amazônia Central. Para detalhes sobre essas RB consultar UNESCO (2011), Bernard, Aragón e Clusener-Godt



em Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, e Brasil. No Marco do Plano de Ação das Reservas de Biosfera conhecido como o Plano de Ação de Madri, de 2008, e da missão da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, este projeto centra-se na população das RB da Amazônia, a fim de identificar formas de melhorar sua qualidade de vida e conservação da biodiversidade por meio de ações que fortaleçam suas capacidades para realizar atividades de desenvolvimento rural que agreguem valor aos seus produtos, conservando a biodiversidade. O projeto permitirá entender as potencialidades e limitações das RB na Amazônia como mecanismos para melhorar a integração do ambiente e do desenvolvimento através de atividades desenvolvidas por comunidades locais. O projeto permitirá elaborar uma base de dados georreferenciada das 12 RB participantes, identificar as melhores práticas de desenvolvimento do médio rural e conservação da biodiversidade levadas a cabo em cada reserva e a implementação de 24 projetos experimentais de práticas sustentáveis de desenvolvimento rural e conservação da biodiversidade nessas RB.

A Cátedra dá também suporte ao Projeto de *Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia*, desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, envolvendo uma rede de pesquisadores de todos os países amazônicos interessados na análise das relações entre população e meio ambiente na Pan-Amazônia. Outras atividades da Cátedra incluem, publicações, organização de simpósios, seminários, e conferências relacionadas com o desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, e a participação em eventos internacionais. Em 2009, através da Cátedra foi assinado um memorando de cooperação entre a Universidade Federal do Pará (Brasil), a Universidade de Kinshasa (República Democrática do Congo) e a Comissão Nacional do Programa o Homem e a Biosfera (MAB) de Indonésia, com o objetivo de reforçar a cooperação Sul-Sul e desenvolver intercâmbios acadêmicos e ações conjuntas relacionadas com o manejo sustentável das três maiores áreas de floresta tropical da Terra: Amazônia, Bacia do Congo, e Sudeste da Ásia, sendo que algumas dessas atividades estão em curso.

Por outro lado, o Projeto de Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, criado em 2009, é uma resposta ao compromisso social das Universidades da Região. Através do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, pesquisadores da região formulam propostas de desenvolvimento sustentável em bases de pesquisa científica, colocando tais propostas à disposição da sociedade e dos governos. O Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia está integrado por Programas de Pós-graduação implementados por Universidades da Amazônia Legal, e objetiva “contribuir para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento focadas na valorização econômica e social da população que vive na Amazônia, através da construção de visão prospectiva da Região, fundamentada no domínio crescente do conhecimento dos problemas regionais, mas sempre com respeito ao meio ambiente.”<sup>10</sup>

---

(2007), e Aragón e Clusener-Godt (2008). Além da UNESCO, o projeto recebe suporte financeiro do Ministério de Meio Ambiente e Meio Rural e Marinho da Espanha.

<sup>10</sup>Regimento Interno do Fórum de Pesquisa e Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Disponível em <http://www.amazonia.ufpa.br>. Acesso em 28/11/2011. Atualmente integram o Fórum os seguintes programas de Pós-Graduação: Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amazonas (Manaus, AM); Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas (Manaus, AM); Desenvolvimento Urbano e Meio

O Projeto de Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia<sup>11</sup> é um mecanismo institucional de articulação entre universidades, institutos de pesquisa, governos, e setor produtivo da Amazônia, que tem como missão contribuir para a concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a Região, seus estados e municípios, apoiadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais, e na participação qualificada dos atores regionais. O projeto busca compatibilizar, integrar, e consolidar estudos dos fenômenos socioeconômicos, político-institucionais e ambientais da Amazônia, em nível macro, meso e microrregional, a fim de contribuir para: o debate dos problemas econômicos, sociais e ambientais da Amazônia; a sistematização das informações produzidas no âmbito dos grupos de pesquisa filiados ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; o acompanhamento e avaliação das políticas públicas na Amazônia, seus estados e municípios; a formulação de políticas de desenvolvimento regional e outras políticas públicas; a geração e transferência de métodos e técnicas modernas de gestão pública; e a produção e transferência de tecnologias sociais para comunidades urbanas e rurais excluídas do mercado formal de trabalho na Amazônia.

Não resta dúvida que não há medidas simples para alcançar as transformações necessárias da educação superior da Amazônia. Será, por meio de um sólido sistema de C&T na Amazônia que parcerias equitativas poderão ser estabelecidas com instituições congêneres do país e do exterior, e o impacto desse sistema para o desenvolvimento regional será maior quanto mais pertinente social e cientificamente for esse sistema (Brasil, 2003). A viabilização das mudanças necessárias, entretanto, requer medidas de natureza política, legal, institucional, e administrativa, que somente projetos nacionais de transformação que coloquem os interesses da Amazônia e de sua gente no centro das atenções poderão alcançar.

É fundamental reconhecer e estar ciente de que o conhecimento tornou-se uma poderosa ferramenta de dominação e um produto rentável. “Se o poder econômico sempre favorecera, outrora, o acesso ao poder do conhecimento, atualmente o poder do conhecimento tornou-se o acesso inescapável ao poder econômico. Eis aqui o segredo e a fonte principal do poder e da soberania de um povo na atual contemporaneidade: o domínio do conhecimento científico” (Mello, 2007, p. 38). Nesse sentido a Amazônia com toda sua riqueza natural é ainda paupérrima do mais importante e poderoso dos recursos de nossos tempos: o conhecimento científico capaz de utilizar de forma sabia, para o benefício da região e dos amazônidas, a riqueza natural de que dispõe.

São necessários líderes com uma mentalidade nova em todos os campos, setores, lugares, mulheres e homens comprometidos com o paradigma do desenvolvimento sustentável para induzir atitudes capazes de romper barreiras e promover iniciativas voltadas para o bem-estar de todos,

---

Ambiente, Universidade da Amazônia (Belém, PA); Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá (Macapá, AP); Desenvolvimento Regional e Agronegócios, Universidade Federal de Mato Grosso (Cuiabá, MT); Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umido, Universidade Federal do Pará (Belém, PA); Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia (Porto Velho, RO); Geografia, Universidade Federal do Pará (Belém, PA).

<sup>11</sup>Consultar para maiores informações e referências sobre o projeto de Incubadora de Políticas Públicas: <http://www.amazonia.ufpa.br>. Acesso em 28/11/2011.

presentes e futuras gerações. A produção de conhecimento voltado para o bem-estar do Homem, que apresente soluções socialmente incluídas, utilizando os recursos naturais com sabedoria, e ao mesmo tempo, preservando a diversidade biológica e cultural, representa um desafio para todos aqueles comprometidos com o futuro do Homem e do Planeta Terra. É essencial, portanto, educar para que as pessoas sejam capazes de liderar mudanças de atitudes para evitar a deterioração ambiental e promover a preservação dos valores universais, a construção da cultura de paz, e o trabalho pela igualdade e a justiça. Quanto maior o número de pessoas com essa capacidade, maiores serão as possibilidades de intervir politicamente para lidar com esses problemas que já atingiram patamares alarmantes.

Pouco poderá fazer a ciência produzindo conhecimento pertinente, relevante, e comprometido, se as opções políticas tomadas não forem as corretas. Como bem argumenta Mello (2007, p. 127), para o caso brasileiro,

O desafio do desenvolvimento da Amazônia, no limite, não é uma questão técnica: é **política!** Supõe um novo projeto de Nação e a indução, pelo Estado brasileiro, de oportunidades mais igualitárias a todos os brasileiros. Sem o conhecimento científico, investido na densidade requerida; sem as cadeias produtivas que, por ele orientadas, geram e agregam valor – portanto, sem universidade! –, os recursos naturais não se transformam em riqueza efetiva; não há desenvolvimento sócio-econômico auto-sustentado; não há progresso humano. Sem o conhecimento aplicado reproduz-se o atraso. Não há defesa possível da região contra a biopirataria. Não há inclusão social. Não há redução das desigualdades inter-regionais.

Agora, afirmava a Profa. Bertha Becker na reunião anual da SBPC de 2007, que trouxe como tema central o desafio de promover o desenvolvimento da região, “não se trata apenas de buscar novas técnicas para a região amazônica, mas de um novo modelo de produzir, baseado na informação e no conhecimento, que afeta toda a organização social e política” (SBPC, 2007). É na busca desse novo modelo que o Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia está empenhado.

Muito obrigado.

**Referências**

Aragón, Luis E.; Clüsener-Godt, Miguel (Org) *Reservas da Biosfera na Amazônia II*. Belém: NAEA, 2008.

Becker, Bertha K. Ciência, tecnologia e informação para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*. N. 20, Junho de 2005, p. 621-651.

Bernard, Deryck; Aragón, Luis E.; Clüsener-Godt, Miguel (Eds.) *Biosphere Reserves in the Amazon*. Belém: NAEA, 2007.

Brasil, Walterlina. *Pertinência científica das IFES universitárias e desenvolvimento regional: Pressupostos, razões e alternativas na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2003 (Tese de doutorado).

Gazzola, Ana Lúcia. Cooperación universitária: Internacionalización solidária. *Educación Superior y Sociedad/Nueva Epoca*. Año 13, N. 2, 2008, p. 125-136.

Mello, Alex Fiúza de. *Para construir uma universidade na Amazônia: Realidade e utopia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

Sachs, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vertice, 1986.

Sachs, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária – SEBRAE, 2004.

SBPC – Sociedade para o Progresso da Ciência. *Amazônia: Desafio nacional*. Cadernos SBPC, 27, 2007. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br>. Acesso em 07/12/2011.

UNESCO – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Red Mundial de Reservas de Biosfera 2010: Sitios para el desarrollo sostenible*. Paris: UNESCO, 2011.

UNESCO – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Higher education in the twenty-first century: Vision and action – World Conference on Higher Education Final Report*. Paris: UNESCO, 1998.